

# ICMBio

Edição 599 – Ano 13 – 21 de maio de 2021

*em foco*

Políticas públicas  
impulsionam  
bioeconomia na Resex  
Cazumbá-Iracema

ICMBio implementa Plano de  
Gestão de Riscos

A união de esforços para evitar  
incêndios no Pantanal

## A união de esforços para evitar incêndios no Pantanal

No ano passado, o Pantanal, o menor bioma brasileiro, com cerca de 150 quilômetros de extensão (área equivalente ao estado do Ceará) teve 4,5 milhões de hectares atingidos por severos incêndios, que duraram de agosto a dezembro.

Uma das causas apontadas para incêndios tão intensos, além das condições climáticas, foi a grande quantidade de biomassa acumulada. O nome técnico é “acúmulo de combustível”, a matéria orgânica, formada especialmente por capim seco, que fica acumulado no solo no decorrer do ano e que na época de estiagem faz com que isto se torne uma verdadeira bomba relógio quando em contato com o fogo. Por isso, a necessidade de reduzir este material na época certa, quando ele não é capaz de produzir grandes estragos.

Em março, a Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios (Coin/CGPRO/Diman) e mais alguns servidores que participaram do combate aos incêndios no Pantanal estiveram na região para agradecer aos parceiros e firmar algumas parcerias técnicas necessárias para o ano de 2021. Uma delas foi com o Sesc Pantanal, gestora da maior RPPN do país, com mais de 100 mil hectares. Ano passado, o Sesc teve de lidar com mais de 90% da unidade de conservação atingida pelo fogo.

Um dos acordos firmados foi aproveitar a expertise do ICMBio para a formação dos guarda-parques e brigadistas da equipe do Sesc Pantanal. Em abril, o Sesc já havia comparecido a uma queima prescrita ocorrida no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, também no estado do Mato Grosso para um intercâmbio prático. Em maio, especialistas em fogo do ICMBio estiveram no Sesc Pantanal para compartilhar as experiências do Instituto em relação ao fogo.

Alguns dos assuntos em pauta durante o curso foi o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), do qual as RPPNs também fazem parte. Passando para a parte técnica, foram abordados temas como ecologia do fogo, queima prescrita, queima controlada, aceiros negros, uso de ferramentas e EPIs.

Outro tema discutido foi o Sistema de Comandos de Incidentes (SCI). O SCI é uma estratégia usada para organizar incidentes de qualquer natureza. Foi utilizado para coordenar os esforços nos atentados do World Trade Center, por exemplo. No ICMBio, ele é geralmente usado nos grandes incêndios, assim como por outras corporações como o Corpo de Bombeiros.

O analista ambiental do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, Luiz Gustavo Gonçalves diz que o objetivo é formar quadros de brigadistas na região de Porto Cercado (Poconé) e São Pedro de Joselândia (Barão de Melgaço).

RPPN Pantanal é uma das maiores do País e no ano passado teve mais de 90% da área atingida pelo fogo

“Assim, é possível fazer a prevenção, o combate e a implementação do Manejo Integrado do Fogo”, destaca.

Realizar esta integração é um dos principais objetivos do ICMBio. À medida que as unidades de conservação não geridas pelo ICMBio, propriedades rurais e demais entenderam a importância da prevenção, menos recursos serão empregados no combate ao fogo, que é extremamente oneroso.

O analista ambiental da Estação Ecológica da Serra das Araras, Marcelo Andrade, participou dos combates e frisou a integração do ICMBio com as RPPNs. “Mesmo sendo UCs de gestão privadas, necessitam de apoio técnico do ICMBio para beneficiar a conservação desta modalidade de UC. Este treinamento é um dos primeiros passos para isso”.

### MIF NO PANTANAL

De acordo com o coordenador substituto de Prevenção e Combate a Incêndios (Coin), João Morita, a experiência de Manejo Integrado do Fogo no Pantanal é um mundo novo. “Temos muita experiência no bioma Cerrado, mas não muita no Pantanal. O que é preciso pensar, adaptar, o que é tão diferente do Cerrado e a influência das áreas alagadas nisso”.

Morita cita a experiência das unidades ao redor, Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e Estação Ecológica Serra das Araras, que, embora sejam de outros biomas, estão no mesmo território e possuem caminho consolidado com fogo. Na Chapada dos Guimarães, por exemplo, o resultado em 2020 foi espetacular. “Não tiveram fogo em seu interior enquanto o entorno todo queimou”, enfatiza Morita.



ICMBio e bombeiros auxiliaram na formação de brigadistas e guarda-parques contratados para proteção da UC

## Políticas públicas impulsionam bioeconomia na Resex Cazumbá-Iracema

É quase impossível contar a história do crescimento da Amazônia sem a borracha. Entre os séculos XIX e XX, a região atraiu olhares, não por ouro e minerais em abundância, nem pelas chamadas “drogas do sertão” (como o cacau, a castanha-do-pará e o guaraná), que já tinham sido mais atraentes. Exceto por uma, que escorria do caule das seringueiras: o látex.

O látex constituiu um dos produtos mais importantes para a região num período conhecido como “Belle Époque Amazônica”, que não ficou muito para trás da sua homônima francesa. Graças aos vultosos ganhos com a borracha, foram possíveis suntuosas construções, como o Theatro Amazonas e impulsionando o desenvolvimento das duas metrópoles da época - Belém e Manaus.

O período da borracha acabou em meados da década de 20, quando por sementes contrabandeadas do Brasil, os ingleses passaram a produzir borracha mais barata nas colônias asiáticas. Porém a borracha nunca deixou de ser um produto da região da Amazônia. Teve um breve *boom* de produção pós-Segunda Guerra Mundial e, de lá para cá, se consolidou como um importante produto agroflorestal para as comunidades tradicionais amazônicas.

Não seria diferente na Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, no Acre, estado que possui uma relação inclusive política com a borracha, na figura do seringueiro e sindicalista Chico Mendes. O látex coletado das seringueiras ainda é um componente não somente da cultura, como da economia dos comunitários locais. Os extrativistas vendem o produto em forma de borracha bem como fornecem matéria-prima para a Casa de Artesanato da comunidade, a CazumbáArte,



Aurelice Vasconcelos

### AGRICULTURA

Outro setor importante para a sobrevivência das comunidades tradicionais é a agricultura familiar. Estima-se que 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros sejam provenientes deste tipo de agricultura. No entanto, a agricultura familiar enfrenta muitos desafios para prosseguir, sendo a principal delas a dificuldade de financiamento para investir em novas técnicas, sementes melhores e a própria segurança quando atingidos por uma época de colheita ruim.

Pensando nisso, a NGI Sena Madureira, junto a Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio (Sepa) deu início a emissão do Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/Pronaf). Os primeiros a serem beneficiados foram 17 moradores do Alto Caeté, por ser uma comunidade cujo acesso só se dá por rio até meados de maio.

O DAF é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. O Pronaf é um Programa de incentivo do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) que possui oito sub-programas e que permite financiamentos agrícolas, participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e várias outras formas de expandir a renda por meio da agricultura familiar.

A agricultura familiar possui baixo impacto ambiental, ou seja, é uma forma de economia deixando a floresta em pé. Atualmente, a Reserva tem 360 famílias. De acordo com a servidora da NGI Sena-Madureira, Naiara Bezerra da Silva, as expectativas são promissoras “Alguns extrativistas já são beneficiados com a venda da borracha, recebendo subsídio estadual e federal. Há potencial para comercializar e serem beneficiados por meio de subsídio federal com a venda da castanha-do-brasil por meio do PAA”, conta. Além disso, de acordo com Naiara, ainda há potencial agrícola para a produção de frutíferas, olericultura, culturas anuais (arroz, feijão e mandioca) e muitas outras.

7. O DAF permite a inclusão de agricultores familiares em programas de aquisição de alimentos e linhas de crédito liderada por mulheres artesãs que confeccionam peças de borracha.

No entanto, um dos grandes desafios, quando se trata de realidades amazônicas é agregar valor ao produto: transformando em tecnologia, passando por melhorias de transporte (de forma a evitar perdas) e ter acesso aos melhores compradores possíveis, o que é complicado pelas grandes distâncias, dificuldade de comunicação e falta de expertise técnica.

As instituições públicas podem ser grandes parceiras neste caminho. O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Sena Madureira tem atuado como parceiro na implementação do Projeto Nossa Bio, tocado pelo SOS Amazônia, com financiamento

do Instituto de Pesquisas Ecológicas e Fundação Moore. O Nossa Bio tem como função implementar ações que promovam a efetividade de gestão em Unidades de Conservação nos Estados do Acre e Rondônia.

Um dos feitos foi a realização de uma Oficina de Boas Práticas de Extração de Látex e Produção de Borracha. A ideia é estruturar e fortalecer as cadeias de valor da sociobiodiversidade como o cacau silvestre, a borracha CVP. Açaí, artefatos de madeira e ecoturismo. Outras ações visam estimular a governança do território e das associações participativas dos moradores, pois juntos eles possuem maiores condições de se capacitar e de se organizarem em prol da bioeconomia.

## ICMBio implementa Plano de Gestão de Riscos

Todos os dias fazemos algum tipo de gestão de risco. Se quisermos chegar pontualmente em um compromisso, podemos programar um alarme despertador, checar o combustível do carro ou conferir a rota mais rápida por meio de um aplicativo. Se vamos viajar para outro país, é essencial verificar a validade do passaporte, os requisitos necessários para entrar em solo estrangeiro e até aprender uma ou duas palavras no idioma local.

Muitas vezes a empolgação em começar um novo projeto pode prejudicar com que as pessoas envolvidas enxerguem o que pode dar errado nele. Para contornar isso, existe a **Gestão de Riscos**, uma etapa importante do planejamento que permite identificar tudo o que pode prejudicar o andamento de uma atividade, um plano, um evento; qual o seu grau de ameaça e o que pode ser feito para eliminar ou atenuar.

No Governo Federal, a Política foi estabelecida em maio de 2016, pela Instrução Normativa Conjunta entre o Ministério do Planejamento e a Controladoria-Geral da União (**IN MP/CGU nº01**) e do **Decreto nº9.203/2017**. No ICMBio, Divisão de Gestão Estratégica e Modernização (DGEM) foi capacitada para desenvolver o processo e disseminar a informação entre os gestores. “Depois do estudo dos marcos regulatórios sobre o tema, a DGEM realizou um *benchmarking* (um tipo de pesquisa de como determinado produto/processo é aplicado num local) com outras instituições (CGU, ME, TRT10, dentre outros) para o entendimento das práticas que já deram certo nesses lugares”, conta o chefe da DGEM, Eliel Fontenele.

De acordo com Fontenele, o estabelecimento de uma Política de Gestão de Riscos deve melhorar continuamente o desempenho e os processos de gerenciamento de riscos, além de trazer mais controle e governança, de modo a permitir que os objetivos estratégicos do ICMBio possam ser alcançados. “A gestão de riscos também

contribuirá no fornecimento de informações confiáveis e tempestivas para apoio à tomada de decisão dos gestores do Instituto, melhorando a qualidade dos serviços prestados à sociedade”, conclui Fontenele.

A gestão de riscos, segundo Fontenele, deve ser aplicável aos mais diversos macroprocessos desenvolvidos pelo ICMBio. É uma estratégia útil, por exemplo, na comunicação, ao prevenir riscos que desencadeiam crises que podem afetar toda a instituição.

### APLICAÇÃO

O primeiro processo desenvolvido aplicando os novos conhecimentos dentro do ICMBio foi o Plano de Integridade 2020/2021. Neste ano, o ICMBio foi capaz de produzir sua própria metodologia e, em breve, deve executar seu primeiro projeto-piloto pensado 100% pelos técnicos do Instituto.

Fontenele diz que o processo será realizado de forma gradual, de maneira que as unidades possam absorver o conhecimento e trocar figurinhas com a DGEM sobre as suas principais dificuldades. No momento, a prioridade será para processos diretamente ligados ao Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de suas entidades vinculadas.



PESQUISA SOBRE  
**ÉTICA E**  
**CORRUPÇÃO**  
NO SERVIÇO PÚBLICO



## Servidores públicos participam de pesquisa mundial sobre ética e corrupção

A Pesquisa sobre Ética e Corrupção no Serviço Público é uma iniciativa liderada pelo Banco Mundial e desenvolvida em vários países. No Brasil, ela tem como objetivo entender melhor as experiências, percepções e ideias dos agentes públicos federais brasileiros a respeito dos desafios éticos que enfrentam no dia a dia do trabalho.

A pesquisa conta com o apoio do governo brasileiro, por intermédio da Controladoria-Geral da União (CGU), que se alia ao esforço global de pesquisas para geração de dados atuais sobre o fenômeno da corrupção, dando devida voz aos servidores públicos participantes, com a proteção da confidencialidade de suas respostas garantida pelo Banco Mundial.

Os resultados agregados servirão de insumo ao aprimoramento das medidas direcionadas à prevenção da corrupção no País.

O ICMBio possui um código de conduta que incentiva boas práticas pelos colaboradores e conta com um canal de denúncias na ouvidoria. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é uma pedra fundamental da boa governança, uma condição para que todas as outras atividades do governo não só tenham confiança e legitimidade, mas também que sejam efetivas.

Para Patrícia Alvares, auditora-chefe da CGAP, para a melhoria do ambiente de integridade do órgão, tão importante quando denunciar supostos casos de conflitos de interesse é promover a cultura de consulta pelos servidores sobre se alguma atividade que pretendam exercer fora do âmbito do órgão pode significar algum tipo de conflito de interesses. Para isso, a CGAP é a responsável por avaliar os possíveis conflitos, por meio do SeCi - Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses.



Lagartinho-de-itabaiana (*Glucomastix itabaianensis*) é uma espécie encontrada na Serra de Itabaiana, onde existe uma unidade de conservação. A espécie foi descrita recentemente

## Mais de 20% dos lagartos e anfisbenas brasileiros estão ameaçados de extinção

Dados preliminares apontam que das 370 espécies de lagartos e anfisbenas brasileiros, 22,5% possuem algum grau de extinção. O levantamento ocorreu após o encerramento da avaliação do risco de extinção dessas espécies que é realizada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN) ao longo de três oficinas virtuais, que reuniram 46 especialistas da comunidade científica. O resultado ainda pode sofrer alterações durante a etapa de validação.

A primeira ocorreu em outubro de 2020, na qual foram avaliadas as espécies de distribuição ampla e sem ameaças evidentes; a segunda oficina, para as espécies das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, ocorreu entre 01 e 05 de março de 2021; e, por fim, foi realizada uma oficina para as espécies das regiões Norte e Nordeste entre 26 e 30 de abril. Ao todo, houve a participação de 46 especialistas da comunidade científica.

Os resultados do processo de avaliação subsidiaram a implantação de políticas públicas para a conservação da biodiversidade brasileira, como a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e os Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas.

### OS LAGARTINHOS-DE-ABAETÉ E DE-ITABAIANA

O lagartinho-de-abaeté (*Glucomastix abaetensis*) é uma espécie endêmica do Brasil, que tinha distribuição conhecida no litoral norte do estado da Bahia e parte do litoral de Sergipe. Em trabalho que envolveu análises genéticas e moleculares publicado em 2019, pesquisadores descobriram que se trata na verdade de duas espécies. Assim, foi descrito o lagartinho-de-itabaiana (*Glucomastix itabaianensis*), cujo nome faz referência a uma das localidades em que ela ocorre, a Serra de Itabaiana. O rio Itapicuru, que desagua no litoral norte da Bahia, no município de Conde, é a barreira geográfica que separa as duas espécies: a sul do rio, encontramos o lagartinho-de-abaeté e, a norte, o lagartinho-de-itabaiana. As espécies são encontradas exclusivamente em restingas, principalmente em ambientes com vegetação herbácea-arbustiva, e têm como ameaça principal a destruição e descaracterização desses habitats, provocadas pela expansão urbana e de empreendimentos, construção de vias e incêndios. O Parque Nacional da Serra de Itabaiana abriga uma população isolada do lagartinho-de-itabaiana, mas o lagartinho-de-abaeté não é registrado em nenhuma unidade de conservação federal. Ambas as espécies são beneficiadas por ações do **Plano de Ação Nacional para Conservação da Herpetofauna Ameaçada do Nordeste**.



Série do Cecav comemora o Dia Internacional da Biodiversidade

## Série mostra diversidade espeleológica do Brasil

Histórias, pesquisas, experiências e um universo rico em biodiversidade serão contadas a partir de uma série de vídeos lançados pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav). Tudo isso tem o objetivo de mostrar à sociedade para que ela conheça ainda mais algumas de nossas riquezas subterrâneas e passe a fazer parte da luta pela conservação. A série estará disponível no [canal do Cecav no Youtube](#).

Os vídeos foram produzidos em comemoração ao Dia Internacional da Biodiversidade, que é celebrado no próximo dia 22 de maio. Além disso, a série comemora o Ano Internacional das Cavernas e do Carste e dos 24 anos do Cecav, que é celebrado no dia 5 de junho. Os episódios vão ar toda sexta-feira, a começar do dia 21.

O primeiro dos oito vídeos que vão compor a produção será “O Cecav e a conservação do patrimônio espeleológico no Brasil” e vai contar um pouquinho das ações realizadas pelo Centro.

Entre os participantes estão o coordenador do Centro de Pesquisa, Jocy Cruz, que aponta que um de nossos grandes desafios da atualidade é termos harmonia entre desenvolvimento econômico e conservação do patrimônio espeleológico.

Além de Jocy, o vídeo de lançamento do canal no Youtube conta com a participação do presidente da Sociedade Brasileira de Espeleologia, Allan Calux, de um dos membros do Terradentro Estudos Ambientais, Luis Piló, com o membro da Reserva da Biosfera, Clayton Lino, com o professor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, com o professor do Centro de Estudos em Biologia Subterrânea da Universidade Federal de Lavras e com o analista ambiental responsável pelo Cecav em Rio Grande do Norte, Diego Bento.



**Consulta pública para  
avaliação de Peixes do  
Pantanal**

Prazo: 9 de junho  
[Acesse aqui](#)



4º Concurso de Fotografia do CEPAM

# Biodiversidade Amazônica

MOMENTO #TBT

Inscrições até 26 de maio



## **ICMBio em Foco**

Revista eletrônica

### **Edição**

Ramilla Rodrigues

### **Projeto Gráfico**

DCOM

### **Diagramação**

Marília Ferreira

### **Foto da Capa**

Rubens Matsushita

## **Colaboraram nesta edição**

Christian Dietrich – NGI Trombetas; Gabriela Sant’Ana - Ascom RPPN Sesc Pantanal; Lorene Lima – Cecav; Michelle Vasconcelos – RAN; Naiara Bezerra – NGI Sena Madureira; Natalia Velloso - DCOM

## **Divisão de Comunicação – DCOM**

### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**

Complexo Administrativo Sudoeste – EQSW 103/104 – Bloco C – 1º andar

CEP: 70670-350 – Brasília/DF | Fone +55 (61) 2028-9280

*comunicacao@icmbio.gov.br | www.icmbio.gov.br*



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL